



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 17.10.2021

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA PGE

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (25 pontos)

Determinado empregado de sociedade de economia mista estadual ajuíza reclamação trabalhista postulando incorporação de gratificação de função, pelo fato de ter exercido função gratificada entre os anos de 2005 a 2018, de forma ininterrupta, tendo sido exonerado em 2021, por conta de reestruturação empresarial que extinguiu a função em tela.

Após a citação da empregadora, os autos são encaminhados à Procuradoria Geral do Estado. No exercício da função de Procurador do Estado, apresente justificadamente os argumentos de defesa de mérito da referida sociedade de economia mista.

2ª Questão (25 pontos)

Sindicato representativo de determinada categoria de servidores estatutários ajuíza, na Justiça do Trabalho, ação de cobrança em face do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando o recebimento dos valores devidos por todos os integrantes da categoria, a título de contribuições sindical e confederativa, ambas autorizadas em Assembleia Sindical convocada com este propósito específico.

Na condição de Procurador do Estado, o candidato deverá, justificadamente:

- a) apresentar os argumentos de defesa em sede de contestação;
- b) identificar se há alguma pretensão total ou parcial que não comporte resistência do Estado, indicando, em caso positivo, qual o procedimento a ser adotado em tal circunstância.

3ª Questão (25 pontos)

Buscando reduzir o déficit atuarial do seu regime próprio de previdência social, um Estado da federação aprovou lei complementar contendo normas com o seguinte teor: (a) vedação à conversão, em tempo comum, de tempo de exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde; (b) alíquota da contribuição previdenciária de 14%, sem repercussão do aumento do tributo no montante dos benefícios; (c) possibilidade de incidência de contribuição previdenciária sobre o valor das aposentadorias e pensões que exceda o salário mínimo; e (d) afastamento da aplicação das regras de transição previstas nos arts. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional n. 41/2003 e no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005. Paralelamente, o ente federado aprovou também emenda à Constituição do Estado instituindo regras de transição com requisitos mais rigorosos para a aposentadoria do que aqueles estabelecidos nas Emendas Constitucionais n. 41/2003 e 47/2005.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 17.10.2021

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA PGE

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

Diante disso, entidade legitimada ingressa com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal questionando os dispositivos da lei complementar e da emenda à Constituição estadual referidos acima. Como Procurador do Estado, desenvolva os argumentos para subsidiar as informações do Governador do Estado a serem prestadas na ação.

4ª Questão (25 pontos)

PAULO, servidor da área de saúde lotado em hospital estadual, verifica que está recebendo remuneração inferior à que vem sendo paga a MARIA, uma conhecida da época da faculdade que ocupa o mesmo cargo em outro hospital do Estado. MARIA, que ingressou no cargo estadual cinco anos antes de PAULO, percebe adicional de tempo de serviço superior àquele pago a PAULO e, ainda, gratificação especial paga a todos os servidores em atividade naquele hospital, tendo em vista o excesso de trabalho decorrente do grande fluxo de pessoas na localidade em que situado.

PAULO requereu administrativamente equiparação à remuneração de MARIA, sob o fundamento de isonomia, alegando que ocupa cargo público com as mesmas atribuições legais. O pedido foi deferido há 4 (quatro) anos e, desde então, PAULO vem recebendo remuneração idêntica à de MARIA.

Passado esse período, após tomar conhecimento da situação, JOSÉ, servidor que exerce o mesmo cargo e foi aprovado no mesmo concurso de PAULO, formulou requerimento administrativo, pleiteando a equiparação remuneratória com PAULO. Na oportunidade, JOSÉ comprovou que ele, PAULO e MARIA nunca haviam exercido outro cargo público e que suas atribuições eram idênticas.

Na condição de Procurador do Estado, Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde, emita parecer sobre as seguintes questões:

- a) a juridicidade da decisão administrativa prolatada em favor de PAULO, tendo em vista a natureza jurídica das verbas envolvidas;
- b) a possibilidade de extensão administrativa da diferença remuneratória em favor de JOSÉ e de todos os demais servidores que se enquadrem na mesma situação; e
- c) caso se conclua pela ilegalidade da equiparação remuneratória concedida a PAULO, a possibilidade jurídica de anulação do ato administrativo e os efeitos decorrentes da invalidação.